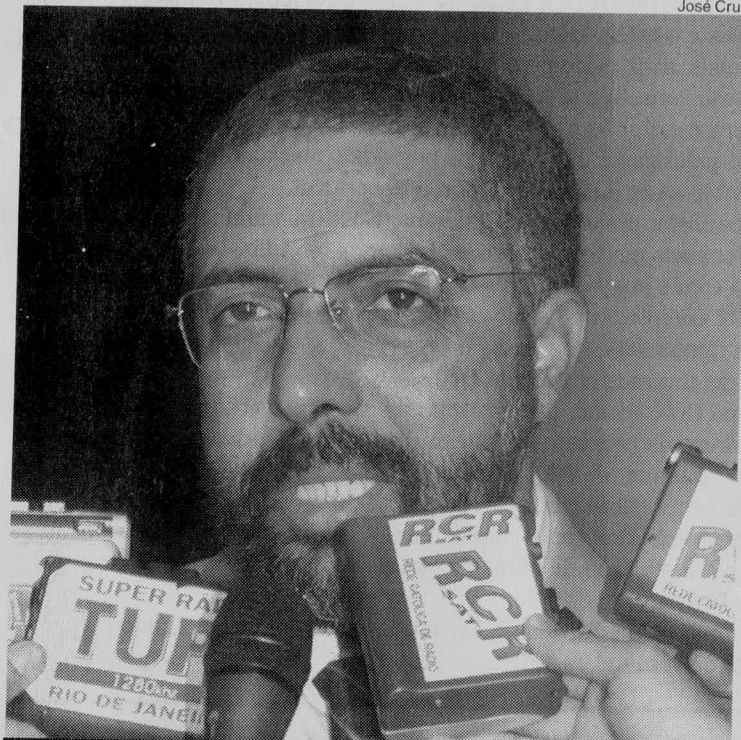


Paulo, Paim quer fim do recesso

José Cruz



Paim: "Maioria do governo pode aprovar proposta"

Algumas tentativas e muitas desistências. Assim podem ser resumidos os esforços de parlamentares em acabar com o recesso de julho e, conseqüentemente, com as convocações extraordinárias que renderam três salários para cada deputado e senador, num só mês, totalizando R\$ 38.160. Desses, R\$ 25.440 foram pagamentos extras para que os parlamentares estivessem em Brasília no mês de julho. Mesmo assim, a última semana do mês foi marcada por um "recesso branco".

Na Câmara, a lei de falências que deveria ser votada ainda no período da convocação ficou para a próxima terça-feira. No Senado, as sessões não foram deliberativas. Ao fim de toda convocação extraordinária, o tema volta à pauta e projetos para acabar com o recesso são lembrados, mas não prosperam, seja na Câmara ou no Senado.

Desta vez, o senador Paulo Paim (PT-RS) acredita que há clima para acabar com o recesso de julho. "No meu entendimento, o governo do presidente Lula, que tem maioria na Câmara e no Senado, é simpático a essa proposta, o que não havia nos governos anteriores", afirmou.

Paim, que ocupa a interinidade da presidência do Senado, disse que a sua proposta de emenda constitucional tramita na Casa com 50 assinaturas. Ele espera que os partidos da base governista priorizem a tramitação da PEC para que senadores e deputados "não tenham que passar por certo constrangimento em julho do ano que vem".

O constrangimento a que se referiu o parlamentar gaúcho pode ser transformado em números: R\$ 15,1 milhões pagos pelo Tesouro Nacional em salários extras a deputados e senadores.